



# PESTES E EPIDEMIAS

ESTUDOS  
INTERDISCIPLINARES  
EM HUMANIDADES

Coordenadores: Joaquim Pinheiro | Samuel Mateus | Mario Franco

**lúmus**



# PESTES E EPIDEMIAS

ESTUDOS  
INTERDISCIPLINARES  
EM HUMANIDADES

Coordenadores: Joaquim Pinheiro | Samuel Mateus | Mario Franco



TÍTULO

Pestes e Epidemias: Estudos Interdisciplinares em Humanidades

COORDENAÇÃO

Joaquim Pinheiro, Samuel Mateus & Mario Franco

FILIAÇÃO INSTITUCIONAL DOS COORDENADORES:

Universidade da Madeira, Faculdade de Artes e Humanidades

ASSISTENTES EDITORIAIS

Adriana Teixeira, Ana Carina Figueira e Cátia Gouveia

ILUSTRAÇÃO DA CAPA

Marco Câmara | Gabinete de Comunicação e Marketing da Universidade da Madeira

© Edições Húmus, Lda e Autores, 2022

Apartado 7081

4764-908 Ribeirão – V.N. Famalicão

Telef. 926 375 305

humus@humus.com.pt

ISBN

978-989-755-754-5

DOI

<https://doi.org/10.34640/universidademadeira2022pinheiromateusfranco>

IMPRESSÃO

Papelmunde, SMG, Lda. – V.N. Famalicão

1.ª edição: Maio de 2022

Depósito Legal:

498121/22

Nota de edição

Nos textos em Língua Portuguesa, os Coordenadores do Volume respeitaram a ortografia seguida pelos Autores.

Todos os textos que integram este Volume foram submetidos a arbitragem científica

COMISSÃO CIENTÍFICA DO VOLUME

Adélio Fernando Abreu, Universidade Católica Portuguesa

Alda Portugal, Universidade da Madeira

Ana Isabel Buescu, Universidade Nova de Lisboa

Ana Isabel Moniz, Universidade da Madeira

Andréa Maia, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Catarina Rodrigues, Universidade dos Açores

Cristina Santos Pinheiro, Universidade da Madeira

Daniel Tércio Guimarães, Universidade de Lisboa

Eunice Ribeiro, Universidade do Minho

Gianfranco Ferraro, Instituto de Filosofia da Nova

Gisela Gonçalves, Universidade da Beira Interior

Ivo Furtado, Universidade da Madeira

Joaquim Paulo Serra, Universidade da Beira Interior

José Manuel Sobral, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Luísa Maria Paolinelli, Universidade da Madeira

Maria Cristina Almeida e Cunha, Universidade do Porto

Maria Filomena Andrade, Universidade Aberta

Paulo Osório, Universidade da Beira Interior

Rodrigo Gomes, Universidade de Coimbra

Vera Amorim, Instituto Politécnico de Lisboa

# índice

- 9      Introdução  
Joaquim Pinheiro, Samuel Mateus, Mario Franco
- 13     Descrições da peste na historiografia bizantina dos séculos XIV e XV  
Rui Carlos Fonseca
- 27     A vulgarização do léxico da peste após a Peste Negra como testemunho  
de memória: o caso do Entre-Douro-e-Minho (Portugal)  
André Filipe Oliveira da Silva
- 49     Peste, castigo e misericórdia no Funchal quinhentista:  
São Tiago Menor, padroeiro e rogador a Deus pelo povo da cidade  
Nelson Veríssimo
- 61     “Evitar que o mal não padeça mais avante” – O Regimento da Saúde  
de D. João III e a experiência italiana de saúde pública  
Edite Martins Alberto, Joana Balsa de Pinho
- 77     A Portuguese Treatise on the Plague:  
João Curvo Semedo’s *Tratado da Peste*  
Gabriel A. F. Silva
- 91     Cólera e Carnaval em Porto Alegre (RS/Brasil)  
na segunda metade do século XIX  
Caroline P. Leal
- 107    Santos: porto do café e das epidemias -  
experiências, cotidiano e imigração  
Maria Izilda Santos de Matos, Bruno Bortoloto do Carmo
- 125    “Subsistências”: Carências e açambarcamentos alimentares durante  
a pneumónica de 1918 sob o olhar de um periódico local  
Guida Cândido
- 139    Les récits de la peste comme mode de connaissance,  
de mémoire et d’identification  
Chantal Louchet
- 155    Um Diário convertido em crónicas e um Jornal em forma de romance:  
as narrativas de pestilências de Daniel Defoe (1722) e Gonçalo M.  
Tavares (2020)  
Ana Isabel Correia Martins

- 171 Paisagens pandêmicas na literatura:  
não-fruição da paisagem sob estado sanitário de exceção  
Fabiano Dalla Bona, Carolina de Castro Wanderley
- 179 O Fenómeno Semiológico das Máscaras em Contexto Pandêmico  
Sara Inês Rodrigues Gaspar, Eduardo José Marcos Camilo, Rafaela Norogrande
- 195 As “Bexigas Negras” e os Museus Históricos  
Rosa Henriques de Gouveia, Teresa Ferreira, Lina Carvalho, Carlos Robalo Cordeiro
- 203 Pessoas e organizações no quotidiano pandêmico:  
uma construção social da realidade?  
Pedro Eduardo Oliveira Ribeiro
- 219 O paradigma da peste: Índices de ruptura em situações de calamidade  
Rodrigo Barros Gewehr
- 237 O *Ethos* patético e as campanhas de publicidade  
“Thank you” durante a pandemia de SARS-COV-2  
Samuel Mateus

« Tout le monde sait que les pestes ont une façon de se reproduire dans le monde, mais d'une manière ou d'une autre, nous avons du mal à croire en celles qui nous tombent sur la tête à cause d'un ciel bleu. Il y a eu autant de fléaux que de guerres dans l'histoire, mais toujours des fléaux et les guerres prennent les gens également par surprise ».

Albert Camus, *La Peste*

# Paisagens pandêmicas na literatura: não-fruição da paisagem sob estado sanitário de exceção

FABIANO DALLA BONA\*

CAROLINA DE CASTRO WANDERLEY\*\*

## Resumo

Os efeitos da ocorrência de grandes epidemias são variados, em tantos campos quanto os de atuação humana. Contudo, no âmbito social, os prejuízos são sempre mais fortemente sentidos, na medida em que a doença impede que os contatos entre indivíduos se deem, por medo do contágio. A literatura, ao definir a paisagem como o espaço observado e narrativamente elaborado pelos olhos humanos, é profícua ao retratar momentos em que os períodos de perigo sanitário impediram o contato social e a fruição da paisagem. Desde Boccaccio, passando por Defoe, Camus, Poe, até João do Rio, a descrição desta não-paisagem é farta e leva à compreensão dos estados de comoção social narrados. Este trabalho pretende tratar da paisagem pandêmica na literatura, comparando passagens de obras que bem repercutiram os momentos em que o medo social suprimiu a possibilidade de criação da paisagem regularmente conhecida, seus efeitos sociais e suas formas de retorno à normalidade anterior.

**Palavras-chave:** Paisagem, Pandemia, Fruição do espaço público.

## Abstract

The effects of major epidemics are varied, in as many fields as those of human action. However, in the social sphere, prejudices are always more strongly felt, insofar as the disease prevents contacts between individuals from occurring, for fear of contagion. Literature, by defining the landscape as the space observed and narratively

---

\* Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade de São Paulo (USP)  
fdbona@gmail.com

\*\* Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)  
ccwcarolina@gmail.com

crafted by human eyes, is profitable in portraying moments when periods of health danger prevented social contact and the enjoyment of the landscape. From Boccaccio, through Defoe, Camus, Poe, to João do Rio, the description of this non-landscape is full and leads to an understanding of the states of social commotion narrated. This work aims to deal with the pandemic landscape in literature, comparing passages of works that well reflected the moments when social fear suppressed the possibility of creating the regularly known landscape, its social effects and its forms of return to previous normalcy.

**Keywords:** Landscape; Pandemic; Enjoyment of public space.

O escritor João do Rio (1881-1921), no início do século XX, escreveu *A alma encantadora das ruas* quando teceu um encômio ao ato de flunar e aos personagens das ruas cariocas daquele Brasil recém-república. Citando figuras arquetípicas de redutos urbanos, poderia estar narrando uma jornada de um herói do medieval jogo do tarô, mas mencionava-se a si mesmo nas paisagens do Rio de Janeiro. Inicia seu texto numa primeira crônica a que chamou *A rua*, declarando seu amor pelo espaço público da seguinte forma:

Eu amo a rua. Esse sentimento de natureza toda íntima não vos seria revelado por mim se não julgasse, e razões não tivesse para julgar, que este amor assim absoluto e assim exagerado é partilhado por todos vós. Nós somos irmãos, nós nos sentimos parecidos e iguais; nas cidades, nas aldeias, nos povoados, não porque soframos, com a dor e os desprazeres, a lei e a polícia, mas porque nos une, nivela e agremia o amor da rua. É este mesmo o sentimento imperturbável e indissolúvel, o único que, como a própria vida, resiste às idades e às épocas. Tudo se transforma, tudo varia — o amor, o ódio, o egoísmo. Hoje é mais amargo o riso, mais dolorosa a ironia, Os séculos passam, deslizam, levando as coisas fúteis e os acontecimentos notáveis. Só persiste e fica, legado das gerações cada vez maior, o amor da rua (Rio, 1910, p. 5).

O cronista da cidade prossegue mencionando que, a despeito do amor pela rua ser um sentimento comum a todas as pessoas, a fruição deste sentimento pelo espaço público urbano só pode ser exercida por um tipo humano específico, a quem chama justamente de *flâneur* e a quem caracteriza como um indivíduo complexo que vagueia entre realidades e pessoas, sempre criando uma crônica mental do que vê e desfruta. Conclui-se que se trata de um paisagista em tempo real, ou uma espécie de médium que consegue enxergar a alma das ruas, seu elã, ouvir as confissões que o espectro da rua faz, contando seu passado de glórias e vergonhas. Mas que também, ao usar sua clarividência para perceber a alma das ruas, percebe a paisagem como o melhor e mais qualificado espectador possível.

Quando aqui se fala da paisagem urbana, aquela da rua, vislumbrada pelo *flâneur*, está se referindo a um conceito bastante específico de “pensamento paisagem”, descrito por Michel Collot (2013), segundo o qual a experiência da paisagem enquanto relação entre local, olhar e imagem, é definidora e qualificadora desta mesma paisagem. Deste modo o *flâneur*, ao observar, também conceitua através de suas reflexões e de suas sensações o foco de observação, como descrito pelo autor:

(...) a paisagem é configurada, ao mesmo tempo, por agentes naturais e por atores humanos em interação constante: é, portanto, uma coprodução da natureza e da cultura em todas as suas manifestações, desde as mais materiais (a começar pela agricultura) até as mais espirituais (pintura e poesia incluídas) (Collot, 2013, p. 43).

Parece lógico então entender a paisagem urbana da rua, tal qual descrita por João do Rio, como uma criação havida entre a cultura do fruidor, ou *flâneur*, a cultura do grupo social onde está inserido este indivíduo, a natureza, as sensações do observador e também suas reflexões racionais acerca do objeto observado. Bem por conta desta mescla de elementos que as crônicas, também como o texto trazido de João do Rio, são prodigiosas na descrição das paisagens urbanas.

Ocorre que existiram períodos em que esta possibilidade da fruição da “paisagem pensamento” urbana, conforme o conceito de Collot, foi furtada dos cronistas urbanos, tanto em decorrência de guerras, quanto por conta de grandes desastres naturais ou ainda por questões sanitárias prementes. Em todas estas situações, a população foi forçada a não mais pertencer às ruas, e as ruas lhe foram interditas.

Nestes momentos, um fato urbano relevante impede que o espaço público seja regularmente fruído, onde se tem então a “não-fruição” da paisagem urbana como habitualmente acontecia. Nas crises sanitárias, quando inimigos microscópicos dizimam a grande velocidade populações inteiras, as ruas ficam desertas e a fruição das paisagens fica prejudicada. Não se trata de inexistir a paisagem, pois geograficamente e materialmente ela persiste. Não se trata, ainda, de faltarem os observadores, suas referências culturais, seu cabedal de ferramentas de observação e fruição, de sentir e refletir. O que é impedido é o contato entre a paisagem urbana e as pessoas que habitualmente nela poderiam estar. E mais: impede-se que espaços sociais sejam ocupados, em função da necessidade de recolhimento das populações a suas habitações, equiparando-se estes sítios ao que Marc Augé (2012) classifica como “não lugar”, na qualidade de duas verdades que se complementam e se diferenciam, uma realidade pertinente aos fins dos espaços de transporte, trânsito, comércio e lazer e uma segunda realidade que atine à relação que o homem e a mulher entabulam com os espaços. Augé ressalta que estas duas verdades, ou realidades, não se confundem: no dia a dia os indivíduos praticam ações nestes espaços, mas adstritos aos fins a que destinam. Não é criada relação orgânica, mas uma ocupação passageira e solitária.

Seria possível conceber, deste modo, que os lugares antropológicos descritos por Augé propiciariam a fruição de uma paisagem urbana, enquanto os impedimentos de ocupação da cidade decorrentes de guerras, de sinistros naturais e de epidemias sanitárias implicariam na tensão solitária dos “não lugares” do autor.

Os exemplos da descrição de paisagens “não lugares”, “não fruíveis”, ou paisagens irrealizáveis na literatura acerca das epidemias, pragas e pestes, são muitos. Tratam ou de espaços desabitados pelas quarentenas ou pela morte coletiva já perpetrada, ou de espaços insólitos onde a cultura e a sociabilidade são absolutamente impossíveis de acontecer. Em ambos os casos, tem-se uma tensão solitária instaurada.

Um dos mais célebres exemplos está contido no em *O Decamerão*, ou *O Decameron*, em Portugal, de Boccaccio, no qual um grupo de jovens com boas condições de subsistência foge de uma Florença assolada pela Peste Negra para uma instância rural, onde convivem alegremente. Observe-se: Florença não deixa de existir. Sua dimensão arquitetônica e urbanista persiste à peste. O que inexiste naquele período são as condições de ocupação e fruição da cidade pelos jovens abastados. Logo, o fato urbano se impõe à realidade no contexto literário, redundando em uma não-fruição da paisagem literária de Florença.

Detalhando mais especificamente a cidade impedida de plena ocupação, quando descreve a epidemia de peste bubônica em Londres de 1665, em *Um diário do ano da peste*, Daniel Defoe (2014, p. 195) faz descrição da paisagem pandêmica:

Ainda preciso falar sobre a peste no seu clímax, atacando para destruir mesmo, com o povo na mais horripilante aflição e até, como disse, desespero. É difícil acreditar a que este excesso de emoções levou os homens no estertor da doença. Considero este aspecto tão comovente quanto os demais. O que poderia afetar mais um homem em pleno poder de raciocínio, o que poderia causar impressões mais fundas na sua alma do que ver outro homem nu, fora de casa, talvez fugido da cama, saindo em Harrow Alley pelas ruas deste populoso entroncamento ou conjunto de alamedas, jardins e passagens de Butcher Row, em Whitechapel – digo, o que poderia ser mais impressionante do que ver aquele pobre homem vindo pelo meio da rua, correndo, dançando e cantando, fazendo mil gestos grotescos com cinco ou seis mulheres e crianças correndo atrás, gritando e pedindo que, pelo amor de Deus, ele voltasse; pedindo ajuda aos outros para fazê-lo voltar, mas tudo em vão, ninguém se arriscando a botar suas mãos ou mesmo chegar perto dele?

Por outro lado, o delineamento da solidão do não-lugar do isolamento social é descrito na obra *A peste*, de Albert Camus (2017, p. 53):

Experimentavam assim o sofrimento profundo de todos os prisioneiros e de todos os exilados, ou seja, viver com uma memória que não serve para nada. Esse próprio passado, sobre o qual refletiam sem cessar, tinha apenas o gosto do arrependimento. Na verdade,

gostariam de poder acrescentar-lhe tudo quanto lamentavam não ter feito, quando ainda podiam fazê-lo, junto a esse ou aquela que esperavam - assim como misturavam o ausente a todas as circunstâncias de sua vida de prisioneiros, mesmo as relativamente felizes, e o resultado não podia satisfazê-los. Impacientes com o presente, inimigos do passado e privados do futuro, parecíamos-nos assim efetivamente com aqueles que a justiça ou o ódio humano fazem viver atrás das grades. Para terminar, o único meio de escapar a essas férias insuportáveis era, através da imaginação, recolocar em movimento os trens e encher as horas com os repetidos sons de uma campainha que, no entanto, se obstinava no silêncio.

Observe-se como o isolamento é equiparado à prisão, a tal ponto que os efeitos psicológicos sentidos pelos detentos são relatados também por Camus, numa espécie de síndrome de abstinência das paisagens urbanas. A falta das ruas, do burburinho, dos contatos e das festas, inclusive, é tida em crônicas do início do século XX, como o motivo pelo qual o Carnaval de 1919 do Rio de Janeiro, após as restrições da Gripe Espanhola, foi o maior de todos os tempos. A descrição a seguir é dada pela crônica carioca de Nelson Rodrigues (1967, p. 76), quando os indivíduos puderam novamente apropriar-se das ruas:

Aquele Carnaval foi, também, e sobretudo, uma vingança dos mortos mal vestidos, mal chorados e, por fim, mal enterrados. Ora, um defunto que não teve o seu bom terno, a sua boa camisa, a sua boa gravata é mais cruel e mais ressentido do que um Nero ultrajado. E o Zé de S. Januário está me dizendo que enterrou sujeitos em ceroulas, e outros nus como santos. A morte vingou-se, repito, no Carnaval... E tudo explodiu no sábado de Carnaval. (...) Desde as primeiras horas de sábado, houve uma obscenidade súbita, nunca vista, e que contaminou toda a cidade. Eram os mortos da Espanhola e tão humilhados e tão ofendidos que cavalgavam os telhados, os muros, as famílias... Nada mais arcaico do que o pudor de véspera.

A despeito da apropriação da rua pelo Carnaval, *a posteriori*, a verdade é que na constância das epidemias a fruição da cidade foi severamente prejudicada. Estratos sociais menos favorecidos, na esmagadora maioria dos casos, são os mais castigados pelas contaminações urbanas, dada a impossibilidade de isolamento físico ou de cumprimento das quarentenas. Por outro lado, as classes sociais abastadas, para que a desolação da cidade sob epidemia severa e a morte que carrega consigo não chegassem, fugiram para locais longínquos. É o exemplo clássico do mote central do mencionado *O decamerão*. Também é o caso da situação central da *Máscara da Morte Rubra*, de Edgar Allan Poe (2007, p. 8), quando o Príncipe convida um grupo para uma quarentena aristocrática longe da cidade:

Mas o Príncipe Próspero era feliz, destemido e sagaz. Quando seus domínios se viram despovoados da metade de seus habitantes mandou chamar à sua presença um milheiro de amigos sadios e joviais dentre os cavalheiros e damas de sua corte, retirando-se com eles, em total reclusão, para uma de suas abadias fortificadas. Era um edifício vasto e magnífico, criação de príncipes de gosto excêntrico, embora majestoso. Cercava-o forte e elevada muralha com portas de ferro. Logo que entraram, os cortesãos trouxeram fornos e pesados martelos para rebitar os ferrolhos. Tinham resolvido não propiciar meios de entrada ou saída aos súbitos impulsos de desespero dos de fora ou ao frenesi dos de dentro.

Fugindo das cidades que não propiciam mais chances de elaborações sociais nas suas ruas, portanto não permitem que se flane nas paisagens urbanas, ou fugindo do contato social por medo do contágio pelas epidemias, sejam de gripe espanhola, de peste bubônica, de varíola, ou ainda de Covid-19, fato é que as paisagens pandêmicas traduzem a completa proibição do espaço público para a sociedade em geral, ainda que force a permanência de extratos sociais menos favorecidos e expostos às epidemias, e a permissão do grupo ao estado para que intervenha, tolhendo-lhe a liberdade, em nome da segurança sanitária.

É o exemplo do *Leviatã*, de Hobbes, onde o Estado figura não como entidade social somente, mas como entidade sanitária, que impede a rua ao particular. Mais do que alienar sua irrestrita liberdade, o particular outorga ao Leviatã o direito de lhe furtar pequenas liberdades comezinhas, como as de conviver nos espaços públicos. Mas tudo isso por um bem comum, pela preservação tanto dos indivíduos quanto da comunidade de indivíduos, em última análise. A este respeito, Francesca Falk (2011) observa que a imagem frontispício da primeira edição do *Leviatã*, possivelmente desenhada por Abraham Bosse (1604-1676), apresenta o grande ente Leviatã, a tudo controlando numa cidade deserta. E nas ruas desta cidade, somente os agentes estatais: soldados, que garantam a segurança e a ordem, e curiosamente duas figuras de médicos da peste com suas túnicas longas e suas máscaras bicudas. Estes agentes sanitários teriam, tal qual os soldados, a função de inibir o exercício das liberdades individuais em nome da segurança social.

Todavia, independentemente da força atuante na modificação da paisagem urbana que esconde os indivíduos em suas moradias, as epidemias transmitem medo e angústias e encadeiam reações no corpo social, que acaba por se tornar hostil entre seus componentes. A não-fruição do espaço urbano implicaria, assim, um estado alterado de relacionamento entre os indivíduos. A este respeito, ao tratar da *História do Medo no Ocidente*, Jean Delumeau (2009), relata cenários configurados em cidades abatidas pelas epidemias e em regimes sanitários específicos, quando a população se vê obrigada a romper com o que habitualmente experimentava, quando os quadros sociais são modificados, quando as ruas estão desertas ou desabitadas. E nestes cenários, em específico, se odeia quem potencialmente trouxe a doença como mendigos e forasteiros.

Por um lado, tem-se o espaço urbano esvaziado do fluxo e dos contatos sociais, por força do isolamento ou por conta dos estigmas sociais que são criados no período. Por outro, elementos inusitados passam a fazer parte da paisagem: féretros, sirenes de ambulâncias, por vezes cenários grotescos relacionados à doença. Sempre a tônica é a impossibilidade de fruição social do espaço urbano, é o “não lugar” ou, ainda, a paisagem do medo tratada por Yi-Fu Tuan (2006), quando não há possibilidade de encontro entre o indivíduo e o Outro e a construção de um enredo inserido e expresso na paisagem urbana de convivência social. O que leva a concluir que a fruição está centrada na paisagem urbana, mas também nas interações sociais contempladas nesta paisagem.

Este fenômeno de não reconhecimento do social no espaço não é, contudo, prerrogativa exclusiva das situações de epidemias sanitárias pois é verificado também em diferentes situações contemporâneas onde os espaços não propiciam o contato com o Outro.

No mundo contemporâneo, onde a praça pública não é mais espaço de todos, onde as contingências do capital fazem a posse da cidade ser fragmentada e estratificada, os regimes de visibilidade do indivíduo no espaço público são também diversos. O convívio social é impedido pelo próprio exercício da vida contemporânea. E neste contexto, no ano de 2020, surge mais uma grande contingência pandêmica, como é o caso da Covid-19.

As situações de não-fruição da paisagem urbana verificadas nas passagens literárias se repetiram: alijamento de classes menos favorecidas, vigilância social intensa, impossibilidade de flunar na cidade, retratos de medo e pavor, um novo fato urbano, agora epidêmico. Como em *O decamerão*, pessoas abastadas fugiram para propriedades rurais. Como em *Um diário do ano da peste*, as classes sociais inferiores se viram forçadas a continuar trabalhando em cidades tomadas pelo medo, sem opção.

Nesta realidade recente, o que se percebe é a aglutinação dos cenários pandêmicos retratados na literatura anterior, amalgamados pela resina do choque do capitalismo que se viu forçado a diminuir sua velocidade.

Os antagonismos, contudo, não duraram para sempre em nenhuma epidemia anterior, pelo menos com sua roupagem de medo do contágio que força o distanciamento social. Como também não permaneceram ativos os vírus devastadores por toda a história das nações. Em outras palavras, as epidemias sempre terminaram, mesmo quando cercadas de todos os elementos do apocalipse cristão, como na peste da Idade Média.

Nestas situações de regressão do temor social, a normalidade se reestabeleceu, curando as chagas das gerações fustigadas pela doença. Da mesma forma como os vírus se recolhem à inatividade, as pessoas podem retomar as ruas e novamente flunar, interagindo socialmente na paisagem urbana. As limitações de fruição do espaço urbano cessam: a faculdade de criar crônicas da sociedade em simples passeios por ruas e alamedas se reafirma.

Como os exemplos literários apresentados, trazidos a esta reflexão, ficará à posteridade o cabedal de relatos sobre o período da impossibilidade de convívio social no espaço urbano pela superveniência da Covid-19. Ainda que rios tenham recuperado um pouco os danos da poluição, ainda que seres marinhos tenham podido viver alguns meses sãos, ainda que o ar de cidades tenha se tornado mais tragável, deverá haver outros Boccaccios e Defoes que falem aos próximos sobre o medo que impediu que a paisagem fosse fruída pelos indivíduos destes tempos. Até que as dores não sejam mais tão presentes, e que as gerações futuras cheguem a ponto de olvidar as situações de medo da doença vividos por seus antepassados. E, depois disso tudo, até que uma nova doença lhes tranque a porta novamente e lhes enclausure em casa mais uma vez, impondo a todos uma não-paisagem ou uma paisagem pandêmica novamente.

## Bibliografia

- Augé, M. (2012). *Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Trad. Maria Lúcia Pereira. (9a ed.). Papyrus.
- Boccaccio, G. (2018). *O Decamerão*. Trad. Raul de Polillo. Nova Fronteira.
- Camus, A. (2017) *A peste*. Trad. Valerie Rumjanek. Record.
- Collot, M. (2010). *De L'Horizon Du paysage à L'horizon des poètes*. In: ALVES, I. F. & FEITOSA, M. M. M. *Literatura e paisagem: perspectivas e diálogos*. Trad. Eva Maria Nunes Chatell. Editora da UFF.
- Collot, M. (2013). *Poética e filosofia da paisagem*. Organização da tradução: Ida Alves. Oficina Raquel.
- Defoe, D. (2014). *Um diário do ano da peste*. Trad. Eduardo Serrano San Martin. (3a ed.). Artes e Ofícios.
- Delumeau, J. (2009). *História do medo no ocidente – 1300-1800 – uma cidade sitiada*. Trad. Maria Lucia Machado. Companhia de Bolso.
- Falk, F. (2011). *Hobbes' Leviathan und die aus dem Blick gefallen Schnabelmasken*. <https://link.springer.com/article/10.1007%2Fs11578-011-0117-y>.
- Poe, E. A. (2007). *A máscara da morte rubra*. Artes e Ofícios.
- Rio, J. do (1910). *A rua*. In: *A alma encantadora das ruas*. H. Garnier. <https://digital.bbm.usp.br/view/?45000008015&bbm/2488#page/10/mode/2up>.
- Rodrigues, N. (1967). *Memórias*. Ed. Correio da Manhã.
- Tuan, Yi-Fu (2005). *Paisagens do medo*. Trad. Livia de Oliveira. EdUNES.

*Pestes e Epidemias: Estudos Interdisciplinares em Humanidades* reúne dezasseis estudos que, sobre distintas épocas, analisam a capacidade de reagir, resistir e superar as diversas enfermidades que acompanham o desenvolvimento das sociedades humanas. Além do contributo para o conhecimento da influência de pestes e epidemias na cultura e na sociedade, os estudos coligidos neste Volume permitem uma reflexão interdisciplinar do entendimento humano acerca das causas e consequências desses surtos. Nos vários domínios das Humanidades, das narrativas às criações mais artísticas, há, de facto, um imenso legado cultural que importa continuar a estudar.

